

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NATÁLIA APARECIDA GODOY DA SILVA

(matrícula: 201311074)

**DITADURA CIVIL-MILITAR EM SALA DE AULA: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES**

JUIZ DE FORA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NATÁLIA APARECIDA GODOY DA SILVA

**DITADURA CIVIL-MILITAR EM SALA DE AULA: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES**

Trabalho entregue à Universidade Federal
de Juiz de Fora como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em História

JUIZ DE FORA

2016

RESUMO:

O presente artigo pretende discorrer sobre a importância do trabalho com o conteúdo da Ditadura Civil-Militar em aulas de História do ensino básico devido, em linhas gerais, aos debates atuais sobre esse tema na sociedade brasileira. Para alcançar tal objetivo, os desafios e algumas possibilidades de ensino com o conteúdo em questão serão apresentadas. Além disso, os debates sobre esse tema na sociedade brasileira serão apontados.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura civil-militar, esquecimento, memória pública, ensino de História, eventos traumáticos.

ABSTRACT:

This article intends to discuss the importance of working with the content of the Civil-Military Dictatorship in classes of History of Basic Education due, in general terms, to the current debates on this topic in Brazilian society. To achieve this goal, the challenges and some teaching possibilities with the content in question will be presented. In addition, the debates on this theme in Brazilian society will be pointed out.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship, forgetting, public memory, history teaching, traumatic events.

INTRODUÇÃO

Em setembro deste ano, um grupo de adolescentes estudantes do Colégio Apogeu, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, publicou no Facebook uma foto na qual demonstravam apoio à figura do deputado Jair Bolsonaro por meio das seguintes legendas “Soldado que vai à guerra e tem medo de morrer é um covarde. Endireita Apogeu”, e “Bolsonaro Presidente 2018” e através de um gesto de continência. Devido à repercussão da fotografia naquela rede social, o colégio divulgou uma nota em seu endereço eletrônico na qual argumentou que “[...] educa contra o radicalismo e, em seu ambiente – democrático – reforça e resguarda o direito de todos e todas à opinião, ao pluralismo e à diferença. [...]”¹

O apoio a indivíduos que apresentam discursos autoritários e que possuem um passado de envolvimento com a Ditadura Civil-Militar, como Jair Bolsonaro, tem sido frequente no presente brasileiro. Demonstrações de apoio a tais discursos apontam a ausência de uma memória pública sobre a Ditadura Civil-Militar, algo que remonta à transição democrática, entre 1979 a 1985. Nesse período, os militares e os civis que conduziram o processo de transição democrática adotaram o esquecimento do passado, considerado a forma mais apropriada para “seguir em frente”. A garantia de anistia aos militares apresentada na lei de Anistia aprovada em 1979 também contribuiu para tal esquecimento do passado, pois segundo o historiador Carlos Fico, a anistia foi uma espécie de pacto, “segundo o qual a anistia aos exilados políticos era concedida em troca do perdão aos crimes da repressão.” (FICO: 2013,246). Carlos Fico acrescenta que a anistia aos militares e a derrota do projeto de eleições diretas em 1984 contribuíram para que a transição democrática não se finalizasse algo que ainda persiste. Além disso, ambas as derrotas instalaram um sentimento de frustração em relação aos rumos da redemocratização.

De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, as representações do passado recente a partir da transição democrática se estruturaram na oposição sociedade vitimada *versus* militares opressores, ou seja, acreditava-se que os militares impuseram um regime ditatorial sem o consentimento da sociedade. Omitia-se, portanto, a participação de civis no golpe de 1964 e na Ditadura, entre outros aspectos desse regime. Rollemberg acrescentou que

¹ Disponível em << <http://www.colegioapogeu.com.br/noticias/nota-oficial>>>. Acesso em 14 nov 2016. Foto de alunos apoiando Bolsonaro em colégio vira debate no Facebook. Tribuna de Minas. 28 de setembro de 2016. Disponível em << <http://www.tribunademinas.com.br/foto-de-alunos-apoiando-bolsonaro-em-colegio-vira-debate-no-facebook/>>>. Acesso em 13 nov 2016

as representações do passado recente que fugiam a essa dicotomia, chamadas de memórias marginais, ficaram em segundo plano disputando espaço com aquela memória coletiva sobre o período.

Ao longo da Nova República persistiu o esquecimento institucional do passado recente acompanhado da existência de disputas de memória travadas na sociedade. Segundo Carlos Fico, a Comissão Nacional da Verdade pode ser considerada um meio de retomar a transição brasileira, mas repercutiu timidamente entre a sociedade. Além disso, o relatório da Comissão Nacional da Verdade, um material extremamente bem feito e detalhado, não é trabalhado nas escolas. Outros projetos de Justiça de Reparação, como “Memórias Reveladas” também repercutem timidamente no espaço escolar e na sociedade. Além disso, faltam espaços delegados pelo Estado a rememorar o período em questão, como museus da repressão, pois ruas, praças e imóveis de diversas cidades brasileiras ainda são nomeadas por nome dos militares ou pela data de 31 de março.²

Por outro lado, nos últimos anos ocorreu a abertura de arquivos secretos sobre o período ditatorial apesar de ainda existirem arquivos com o destino desconhecido. Houve também um grande crescimento de pesquisas acadêmicas sobre a Ditadura Civil-Militar que conseguiram evidenciar as complexidades deste regime. Estas pesquisas se beneficiam da abertura desses arquivos. Entretanto, na maioria das vezes os resultados de tais pesquisas não são trabalhados nas aulas de História do ensino básico, contribuindo para a permanência do abismo entre sala de aula e espaço acadêmico.

Assim, as disputas de memória sobre a Ditadura Civil-Militar estão presentes na sociedade brasileira, incluindo no espaço escolar, conforme observado no Colégio Apogeu. Diante disso, o trabalho com o período em questão nas aulas de História se faz de extrema importância para que os alunos entendam as complexidades desse período e a sua presença no cenário atual brasileiro. O debate com tal período também pode contribuir para o fortalecimento do respeito aos Direitos Humanos e aos valores democráticos e para a construção de uma memória pública sobre o período. Acredita-se que o ensino de História apresenta um grande potencial para a formação de uma memória pública e para o

² Em Juiz de Fora, a avenida principal do bairro São Pedro chama-se Avenida Presidente Costa e Silva. A praça localizada em Alto dos Passos chama-se Praça 31 de Março. Justiça nega mudança de nome da Ponte Rio-Niterói. O Dia. Rio de Janeiro. 9 jan 2015. Disponível em <<<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-01-09/justica-nega-mudanca-de-nome-da-ponte-rio-niteroi.html>>>. Acesso em 27 nov 2016.

encurtamento do abismo entre os espaços acadêmico e escolar. Tais questões serão aprofundadas a seguir.

1. PRESENTE E PASSADO: A DITADURA CIVIL-MILITAR EM SALA DE AULA

A ditadura civil-militar é um conteúdo presente nos currículos escolares, mas apresenta peculiaridades em relação aos outros conteúdos que fazem parte da História enquanto disciplina: é um evento que ainda não se tornou totalmente passado devido ao caráter inconclusivo da transição brasileira, abordado anteriormente. Disputas de memória sobre este período e certas heranças autoritárias como militarização da Polícia Militar e defesas de intervenção militar por pequenos grupos marcam o presente brasileiro. A ausência de uma memória pública sobre esse evento traumático também contribui para a sua contemporaneidade.

Parte da sociedade, incluindo os jovens desconhece o assunto devido à falta de uma memória pública e à falta de interesse pessoal. Os mais jovens também desconhecem experiências autoritárias de governo, uma vez que nasceram em uma sociedade democrática. Além disso, este conteúdo algumas vezes não é trabalhado nas escolas públicas devido ao pequeno número de aulas de História que acabam priorizando conteúdos ligados a história europeia.

Entretanto, mesmo desconhecendo com profundidade o assunto, os jovens adquirem representações sobre o período ditatorial na internet e em outros meios de comunicação, no ambiente familiar e entre colegas de classe. Conforme apresentado por Verena Albertini, tais representações também são uma forma de registro da história e não podem ser desperdiçadas ou consideradas inferiores ao conhecimento produzido pelo professor enquanto historiador no espaço acadêmico.³ Assim, o conhecimento adquirido previamente pelos alunos pode ser trabalhado e problematizado pelo professor em sala de aula relacionando-o com o contexto

³ ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos In: Quadrat, Samantha Viz & Rollemberg, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.284-285.

histórico em questão de modo que aquele conhecimento seja compreendido em sua historicidade.

Além disso, podemos sugerir que o trabalho com o conteúdo da Ditadura Civil-Militar deve permitir aos alunos compreender o regime em sua complexidade o que implica o trabalho com temas como: o contexto anterior ao golpe de 1964 e o que contribuiu para a ocorrência deste, as principais características desse regime e as mudanças e as permanências sofridas ao longo dos seus vinte e um anos. Entretanto, não basta compreender somente o passado, ou seja, o debate sobre esse conteúdo deve contribuir para que o aluno compreenda e identifique a contemporaneidade desse evento no presente brasileiro, incluindo o cotidiano do aluno e as heranças deste evento.

Questões contemporâneas como discursos autoritários, incluindo pedidos de intervenção militar, a militarização da Polícia Militar e os debates sobre a revisão da Lei da Anistia podem ser discutidos em sala de aula de modo a despertar a curiosidade dos alunos para o estudo do período. Essas e outras questões podem ser trabalhadas no início das aulas por meio de reportagens ou outras fontes que falem sobre o assunto. As informações apresentadas pelas fontes utilizadas precisam ser discutidas através, por exemplo, da elaboração de perguntas sobre o seu conteúdo a serem respondidas pelos alunos, de modo que eles sejam capazes de argumentar sobre a discussão realizada.

Além das heranças da Ditadura Civil-Militar, é importante identificar nas discussões em sala de aula as rupturas entre este período e a Nova República, com o intuito de proporcionar aos alunos a compreensão das diferenças entre um regime autoritário e um regime democrático e destacar a importância da democracia. Liberdade de expressão, direito ao voto para todos, incluindo os analfabetos são direitos garantidos pela Constituição de 1988 e que podem ser identificados como rupturas em relação ao período anterior.

Diante do panorama apresentado, o ensino de História se revela de extrema importância para a compreensão do passado e do presente brasileiro e para o respeito aos Direitos Humanos e aos valores democráticos. Tal ensino também permite a construção de uma memória pública sobre o período da Ditadura Civil-Militar e pode diminuir a distância entre os espaços escolar e acadêmico.

O testemunho de pessoas que vivenciaram diretamente ou indiretamente a Ditadura Civil-Militar também pode ser usado em sala de aula conforme apresentado a seguir.

2- AS MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS

A memória é uma fonte de conhecimento sobre o passado, pois ela é um mecanismo importante de rememoração no presente de um determinado acontecimento. Henry Rousso salienta que o passado rememorado não se refere somente à experiência de um indivíduo, mas a experiência adquirida por este nos “espaços familiar, social e nacional.”⁴ Portanto, as memórias individuais apresentam um caráter coletivo que Maurice Halbwachs denominou de “Memória coletiva”.⁵ Tais memórias, conforme apontado por Henry Rousso garantem a identidade de um determinado grupo e são uma forma de resistir à passagem do tempo. Segundo Michael Pollack as memórias, ao invés de serem impostas, são construídas através da “adesão efetiva ao grupo” e reforçam a coesão social.⁶

Portanto, a memória é uma excelente meio para a compreensão de eventos com marcas de autoritarismos e violência conhecidos como “eventos traumáticos”. A memória, através dos testemunhos, tem sido bastante usada em pesquisas acadêmicas voltadas para a compreensão de tais eventos, processo que remonta ao final do século XX. Nesse momento, devido ao grande número de acontecimentos inesperados que marcaram o século, como as duas guerras mundiais, o holocausto e o fim da URSS, historiadores começaram a utilizar a memória como instrumento de pesquisa. As sociedades, principalmente as sociedades europeias, começaram a se preocupar com a preservação da memória.

Se os testemunhos estão presentes com mais frequência nas pesquisas acadêmicas, o mesmo não ocorre no espaço escolar. Segundo Verena Albertini, os estudos sobre a memória coletiva desenvolvidos nos últimos anos não se preocupam em observar as memórias produzidas e disputadas no espaço escolar.⁷ A presença de disputas de memória na sociedade brasileira, incluindo no espaço escolar torna necessário o trabalho com a memória em tal espaço. Esse trabalho pode ser feito por meio da utilização dos testemunhos. O testemunho de indivíduos que vivenciaram diretamente ou indiretamente a Ditadura Civil-Militar e outros

⁴ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da história oral. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001.p.94.

⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁶ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989, p. 3.

⁷ ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos In: Quadrat, Samantha Viz & Rollemberg, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.283-285.

eventos pode despertar a curiosidade dos alunos. Conforme apresentado por Alessandra Gasparotto e Enrique Padrós, os testemunhos dão vida aos eventos, pois

[...] o simples mais legítimo *ato de testemunhar* permite enriquecer conteúdos, sensibilizar alunos de todas as idades, tornar viva uma dinâmica histórica que de outra forma pode parecer muito distante (em termos temporais ou de realidade vivenciada pelos discentes); em síntese, permite *humanizar* intrincadas problematizações. [...]. (GASPAROTTO; PADRÓS: 2010,12).

Entretanto, o trabalho com eventos traumáticos, principalmente quando se trabalha com testemunhos, requer certos cuidados do professor que são semelhantes aos cuidados adotados na pesquisa acadêmica. Segundo Carlos Fico, é necessário que se evite condenar ou defender o opressor e condenar a vítima, pois é preciso compreender o passado, mas não justificá-lo. O passado tanto na pesquisa acadêmica quanto no ensino básico se apresenta de uma forma complexa para ser trabalhado a partir de narrativas maniqueístas que opõem militares e militantes da luta armada. Dessa forma, tais narrativas devem ser problematizadas. Os alunos devem compreender as atitudes de militares e militantes, o que não implica na sua legitimação.

O professor pode trabalhar em sala de aula com testemunhos de indivíduos que não pertenciam aos dois grupos citados, como indivíduos que foram afastados de seus empregos, filhos de opositores do regime que foram separados de seus pais devido à perseguição política e pessoas que não foram atingidas diretamente pela Ditadura e “seguiram suas vidas”. Essa abordagem será importante para mostrar aos alunos que o regime civil-militar incidiu de diferentes formas sobre a vida de indivíduos com trajetórias diferentes. O trabalho com testemunhos diversos assim como o abandono de narrativas maniqueístas pode também evitar a condenação daqueles que não se engajaram em movimentos de resistência, ou seja, que foram indiferentes em relação à presença do regime.

Entretanto, conforme apresentado por Verena Albertini, é preciso que o professor problematize as narrativas dos testemunhos junto com os alunos. Antes de expor o testemunho, é preciso fornecer aos alunos informações como: quem é o autor do testemunho, quando ele foi escrito e outras informações não apresentadas diretamente pelo testemunho.⁸

⁸ ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos In: Quadrat, Samantha Viz & Rollemberg, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.286.

Além disso, semelhante ao trabalho com fontes atuais descrito no tópico anterior, é possível fazer perguntas relacionadas ao testemunho aos alunos, de modo que eles saibam argumentar sobre o assunto. Essas respostas, por sua vez, também podem ser problematizadas. É importante que os alunos compreendam que o testemunho é apenas uma forma de conhecimento do passado, ou seja, que este pode ser conhecido por meio de outras fontes.

É possível pedir aos alunos para entrevistarem seus familiares e vizinhos sobre suas vivências no período da Ditadura Civil-Militar a partir de perguntas elaboradas pelo professor e pelos alunos. Tais entrevistas permitem perceber a interferência direta ou indireta da Ditadura ao redor do aluno. Conforme apontado por Sandra Raggio, esse tipo de entrevista permite valorizar a dimensão da história local, ou seja, o espaço próximo ao aluno e que pode apresentar representações do passado não necessariamente correspondem às dimensões da história regional ou nacional:

[...] Nesse sentido, a inscrição “local” das histórias indica menor escala, proximidade, particularidade, individualidade. [...] Em ambas as direções, o local está ligado ao trabalho identitário, seja em sua relação dialógica com as outras escolas, seja o relato do “eu” individual e comunitário referido à experiência vivida. [...] O “local” aqui não é uma dissecação em pequena escala do problema a se estudar, mas é considerado outro território, que não necessariamente “reflete” em miniatura o que ocorre em outros níveis. (RAGGIO: 2015,335).

Logo, o trabalho com testemunhos em sala de aula, bem como outras fontes é uma forma de evitar o distanciamento entre academia e ensino básico, produzir um conhecimento histórico mais rico e crítico sobre a Ditadura Civil-Militar e contribuir para a formação de uma memória pública. Entretanto, para a construção de tal memória é preciso também ações governamentais nos níveis nacional, estadual e local, como a construção de lugares de memória. Projetos federais como “Memórias Reveladas” e a Comissão Nacional da Verdade são pouco divulgados, adquirem pouco impacto entre a sociedade e não são trabalhados no ensino básico em aulas de História ou em projetos pedagógicos mais amplos. Assim, ações governamentais que visem à construção de uma memória pública podem se beneficiar do trabalho de tais projetos. O relatório da Comissão Nacional da Verdade, de comissões municipais e outros documentos produzidos por outros projetos podem ser adaptados para serem trabalhados nas aulas de História ou em projetos pedagógicos, eliminando o desconhecimento sobre o trabalho daqueles projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, esboçou-se um panorama sobre a atualidade do passado recente brasileiro e suas incidências no espaço escolar conforme observado no episódio envolvendo alunos do Colégio Apogeu. A partir desse panorama, procurou-se mostrar a importância do debate com o conteúdo sobre a Ditadura Civil-Militar em sala de aula para a compreensão do presente brasileiro, incluindo de que modo o passado incide sobre ele e para o respeito aos Direitos Humanos e aos valores democráticos. A importância do ensino sobre o período em questão para a construção de uma memória pública também foi ressaltada. Entretanto, a construção de uma memória pública também pode se beneficiar de projetos governamentais que sejam divulgados mais amplamente entre a sociedade.

O texto mostrou que o trabalho com o conteúdo em questão, assim como outros conteúdos, precisa ser construído a partir da interação entre professores e alunos, o que valoriza o conhecimento adquirido previamente pelos alunos em espaços extraclasse como meios de comunicação, espaço familiar e amigos. Além disso, procurou-se enfatizar como a utilização de fontes e resultados de pesquisas acadêmicas de maneira adaptada nas aulas de História dos ensinos Fundamental e Médio pode contribuir para o enriquecimento do conhecimento histórico e para o encurtamento da distância entre espaço escolar e academia. Dessa forma, diante da ausência de uma memória pública sobre a Ditadura Civil-Militar, o espaço escolar, incluindo a História enquanto disciplina, apresenta um grande potencial para a formação desta memória e para a formação de uma história pública, através da aproximação entre espaço escolar e academia.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos In: Quadrat, Samantha Viz & Rollemberg, Denise (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.283-300.
- FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *Varia História*, v.28, p.43-59, 2012.

FICO, Carlos. “Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador.” *Topoi*. 2013, vol.14, n.27, pp. 239-261.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique S. *A ditadura civil-militar em sala de aula – desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória*. Disponível em << <http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Texte%20Alessandra-Enrique.pdf>>>. p.1-11.Acesso em 13 nov.2016.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Ainda o silêncio. Quase 50 anos após o golpe, o tema continua sendo encarado com ressalvas em sala de aula. 14/8/2012 .Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em << <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/ainda-o-silencio>>>.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. 1989.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

RAGGIO, Sandra. Ensinar os passados que não passam. In: Quadrat, Samantha Viz & Rollemberg, Denise (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.324-342.

ROCHA, Helenice A. B. Hoje revolução, amanhã golpe. Nos livros didáticos, narrativas sobre a ditadura mudaram de acordo com o contexto. 1/9/2015 . Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em << <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/hoje-revolucao-amanha-golpe>>>. Acesso em 28 out 2016.

ROLLEMBERG, Denise. ”Esquecimento das Memórias”. *Núcleo de Estudos Contemporâneos*. Universidade Federal Fluminense. Disponível em << <http://www.historia.uff.br/nec/esquecimento-das-memorias>>>. Acesso em 3 agosto de 2016.p.1-11.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.94-101.

SILVA, Marco. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964- 1985). *Antíteses*, Londrina, vol. 2, n.3, jan.-jun. de 2009.

FONTES:

Alunos de Juiz de Fora manifestam posicionamento político e causam polêmica nas redes sociais. *Diário Regional*. 28 set 2016. Disponível em << <http://www.diarioregionaljf.com.br/cidade/8200-alunos-de-juiz-de-fora-manifestam-posicionamento-politico-e-causam-polemica-nas-redes-sociais>>>. Acesso em 13 nov 2016.

Foto de alunos apoiando Bolsonaro em colégio vira debate no Facebook. *Tribuna de Minas*. 28 de setembro de 2016. Disponível em << <http://www.tribunademinas.com.br/foto-de-alunos-apoiando-bolsonaro-em-colegio-vira-debate-no-facebook/>>>>>. Acesso em 13 nov 2016.

Justiça nega mudança de nome da Ponte Rio-Niterói. *O Dia*. Rio de Janeiro. 9 jan 2015. Disponível em <<<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-01-09/justica-nega-mudanca-de-nome-da-ponte-rio-niteroi.html>>>. Acesso em 27 nov 2016.

Nota oficial. Colégio Apogeu. Disponível em << <http://www.colegioapogeu.com.br/noticias/nota-oficial>>>. Acesso em 14 nov 2016.